

# apartes

NÚMERO 8 - JUNHO-JULHO/2014

Distribuição gratuita



## Intervenção no Elevado

Projeto pretende acabar com o tráfego de veículos no Minhocão e transformá-lo em espaço de lazer



### Rumo à Olimpíada

Propostas querem ajudar atletas paulistanos a chegar ao pódio

### Jânio Quadros

De comida podre a ameaças de renúncia, as polêmicas na CMSP



**TRABALHO**  
Programador desenvolve aplicativo no Plenário da Câmara

# Hackers em maratona

Programadores criam três aplicativos para tornar mais acessíveis os dados da Câmara

**Gisele Machado** | gisele@camara.sp.gov.br  
Colaborou Bruna Cavalini

**D**urante 48 horas, de 6 a 8 de junho, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) abriu as portas para sua segunda maratona hacker, chamada de Hackdays. Ao final, recebeu três aplicativos de uso livre que facilitarão o acesso da sociedade aos dados do Legislativo paulistano. “Os trabalhos darão uma interface mais dinâmica, trazendo ainda mais transparência ao que é feito em benefício do cidadão”, explicou Fernando Ventura Ribeiro, coordenador do Centro de Tecnologia da Informação (CTI) da CMSP.

Um dos aplicativos, desenvolvido pelo programador Edvaldo Felisberto dos Santos, voltado para dispositivos móveis, coletará as demandas dos cidadãos e enviará aos vereadores. Outro projeto, cedido por Peter Krauss, converterá os arquivos produzidos na CMSP para o formato LexML, para facilitar sua inclusão no portal [www.lexml.gov.br](http://www.lexml.gov.br), gerenciado pelo Senado para unificar a busca por normas dos três poderes nas esferas federal, estadual e municipal.

A terceira criação, de Pedro Markun e outros membros do grupo Transparência Hacker, é um aplicativo

para navegador que pesquisa, por assunto ou número, projetos de lei que viraram leis ou ainda tramitam na Câmara Municipal. A busca traz a íntegra dos textos e detalha as etapas de sua tramitação.

O regulamento da maratona prevê que os programas desenvolvidos pelos inscritos ficam disponíveis para a CMSP, assim como para todos os usuários do portal [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), por meio de um banner a ser disponibilizado na homepage por pelo menos três meses. A recompensa dos hackers é o prazer de participar do processo político. “Hackear é interferir, transformar alguma coisa, procurar uma brecha, um gargalo para atuar, por algum objetivo ou pelo puro prazer”, explicou a jornalista Livia Ascava, membro da comunidade Transparência Hacker,

em palestra na Hackdays. Os maratonistas usaram os dados públicos do portal da Câmara que estavam abertos, ou seja, disponíveis para todos utilizarem e redistribuírem como desejarem, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle. As informações públicas da CMSP não abertas puderam ser extraídas e igualmente utilizadas pelos participantes. A ideia é que os hackers ajudem a traduzir as informações legislativas para o cidadão comum. “O processo legislativo e político não é democrático porque não consegue comunicar como a sociedade demanda”, opinou o vereador Ricardo Young (PPS) na abertura do evento. Em palestra no primeiro dia da Hackdays, Livia Ascava comentou que “os dados são produzidos para servir só à máquina

(da administração pública), e não para serem lidos por todo mundo”.

Para orientar os participantes durante a maratona, a CMSP disponibilizou funcionários envolvidos em todo o processo de elaboração legislativa, além de barracas montadas no Plenário para quem fosse dormir no Palácio Anchieta. Nos dois primeiros dias, os hackers visitaram a Casa, ouviram palestras e participaram de debates. No terceiro, entregaram seus trabalhos.

## JÚRI POPULAR

Os aplicativos ainda podem ser aprimorados, e qualquer cidadão pode avaliá-los no site [hackdays.camara.sp.gov.br](http://hackdays.camara.sp.gov.br). A votação pela internet corresponde a 25% da nota dos aplicativos. A classificação final estará no portal da Câmara em julho, após



**MESA**  
Leonardo Leite, Ricardo Young, José Américo, Karen Vieira e Pedro Markun na abertura da Hackdays

juízo de representantes da CMSP, da Open Knowledge Foundation Brasil e da W3C Brasil. Essa comissão usará como critérios a utilidade pública dos trabalhos, praticidade de uso, criatividade da solução, qualidade da documentação, mobilidade e custo de manutenção.


Esta foi a segunda vez que a CMSP recebeu uma maratona hacker. A primeira ocorreu em 2012. “A Câmara foi o primeiro Legislativo no mundo, que eu conheça, a ter um evento desse tipo, com uma galera”, diz o membro da Transparência Hacker Pedro Markun. Para ele, os aplicativos não são o principal legado da Hackdays: “A grande vantagem dos eventos nesse naipe, muito mais do que os projetos que saem, é permitir a troca entre o servidor, o cidadão e o político, o que na minha leitura cria um tipo de politização muito importante, impactante, que é o moleque que toma contato com a política”.

Markun acredita que a concentração dos programadores na Câmara seja um momento para experimentar, ousar, ter “delírios

de grandeza”. Para ele, muitos dos aplicativos apresentados precisarão ainda de meses de trabalho em equipe para serem aprimorados. O programador citou o caso do Radar Parlamentar, segundo classificado na maratona de 2012, que continua “vivo e operante” após ganhar fun-

cionalidades ao longo do tempo: “É um projeto em eterno desenvolvimento”. Um dos desenvolvedores do Radar, Leonardo Leite foi palestrante no evento deste ano.

**LABORATÓRIO HACKER**

Um das cobranças dos hackers é a abertura permanente do Poder Público. Em resposta, Antonio Lucio Rodrigues de Assiz, diretor de Comunicação Externa da Câmara e um dos organizadores da Hackdays, diz que a Casa caminha para a implantação de um laboratório hacker, no qual os programadores possam desenvolver e aprimorar, continuamente, ferramentas para facilitar o acesso aos dados do Legislativo. “Queremos incentivar um relacionamento contínuo, de modo que os aplicativos já apresentados possam ter novas fases de desenvolvimento e que outros possam surgir a qualquer momento”, diz Assiz. O diretor explica que falta decidir como a novidade funcionará. 

**Projetos classificados**



**Apresentação de demandas**

Autor: Edvaldo Felisberto dos Santos

Aplicativo para dispositivos móveis destinado à coleta de demandas dos cidadãos e posterior envio aos vereadores da CMSP. Projeto em aprimoramento.

**Conversão para LexML**



Autor: Peter Krauss

Converte, para formato compatível com o LexML, os arquivos publicados na página de Dados Abertos do portal da CMSP, o que facilita sua inclusão no portal [www.lexml.gov.br](http://www.lexml.gov.br), gerenciado pelo Senado para unificar a busca por normas dos três poderes nas esferas federal, estadual e municipal. Projeto em aprimoramento.



**Monitor legislativo**

Autores: Pedro Markun e membros da Transparência Hacker

Aplicativo para dispositivos móveis destinado à coleta de demandas. Pesquisa, por assunto ou número, projetos que viraram leis ou que ainda tramitam na CMSP. Traz a íntegra dos textos e detalha as etapas de sua tramitação. Disponível no link [monitorlegislativo.org.br](http://monitorlegislativo.org.br).

**ORIENTAÇÃO**

Karen Vieira (em pé), secretária-geral parlamentar, tira dúvidas dos hackers



**Passagem para o sossego**

Vereadores e moradores se unem para tentar transformar o Elevado Costa e Silva em Parque Minhocão

Rodrigo Garcia | [rodrigogarcia@camara.sp.gov.br](mailto:rodrigogarcia@camara.sp.gov.br)

**LAZER**  
Diversas atividades atraem os paulistanos para o Minhocão



**C**onsiderada uma obra feia, mas útil (ou útil, mas feia), o Elevado Costa e Silva há 43 anos marca a cidade de São Paulo com engarrafamentos, poluição e barulho. Muitos urbanistas comparam a via de 2,8 km a uma cicatriz. Mas durante a semana, das 21h30 às 6h30, e aos domingos e feriados, tudo muda. Os carros dão lugar a bicicletas, patins, skates e carrinhos de bebê. Os estressados motoristas são substituídos por homens, mulheres e crianças em busca de diversão.

Nesses períodos, o Minhocão (como o elevado é mais conhecido) fica fechado para o trânsito. Na prática, a via se transforma em um parque linear, ainda que não oficialmente. Pensando nisso, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) analisa o Projeto de Lei (PL) 10/2014, que, gradualmente, aumenta os períodos de proibição do tráfego no elevado e torna a via suspensa, de fato, no Parque Minhocão.

O projeto, apresentado pelos vereadores José Police Neto (PSD), Nabil Bonduki (PT),